INTRODUÇÃO A MERCADOLOGIA

AC4

2008

Araraquara

Francisco Matelli Matulovic

RA 1287850

A Administração Pública no Brasil pode ser compreendida em três fases diferentes, a primeira era a Administração Pública Patrimonialista, a qual denota dos tempos to Império e é caracterizada pela confusão entre o público e o privada. A segunda fase é a Administração Pública Burocrática, teve seu início no governo de Getúlio Vargas, com a padronização de processos e o estabelecimento de algumas normas e hierarquia, bem como a criação do DASP (Departamento de Administração do Serviço Público). A última fase da Administração Pública é caracterizada pela crescente necessidade de uma orientação para atender as necessidades dos cidadãos, conhecida como Administração Pública Gerencial, teve seu início com o Plano de Reforma do Aparelho do Estado, com a criação do MARE pelo Bresser.

Muitos dos princípios do Marketing podem ser encontrados nessa nova fase da Administração, a grande preocupação com a imagem do serviço público é uma prova de que o Marketing precisa ser integrado à administração pública. Encarar o servidor público como um funcionário de uma empresa privada é um passo nessa direção.

A administração pública gerencial inspira-se na administração de empresas, mas não deve ser confundida com esta última. Enquanto a receita das empresas depende dos pagamentos que os clientes fazem livremente na compra de seus produtos e serviços, a receita do Estado deriva principalmente de impostos, ou seja, de contribuições obrigatórias, sem contrapartida direta. Enquanto o mercado controla a administração das empresas, a sociedade - por intermédio de políticos eleitos - controla a administração pública. Enquanto a administração de empresas está voltada para o lucro privado, para a maximização dos interesses dos acionistas, esperando-se que, através do mercado, o interesse coletivo seja atendido, a administração pública gerencial está explícita e diretamente voltada para o interesse público.

A administração pública gerencial vê o cidadão como contribuinte de impostos e como cliente dos seus serviços. Os resultados da ação do Estado são considerados bons não porque os processos administrativos estão sob controle e são seguros, como quer a administração pública burocrática, mas porque as necessidades do cidadão-cliente estão sendo atendidas.